

Brasil E China: Oportunidades E Riscos

Caio Marcelo Wolf
caiomwolf@gmail.com - UNESP

Introdução

Neste início de século muito se debateu sobre a nova divisão internacional do trabalho em função da ascensão econômica da China. No caso brasileiro, as relações com a China estreitaram bastante, o país asiático é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e nos últimos anos tem expandido investimentos diretos no país, processo de estreitamento de relações em meio ao qual tem se fortalecido o papel da China como exportador de produtos industrializados e grande importador de commodities.

Não nos é possível afirmar se a ascensão chinesa neste início de século implica em uma transição hegemônica e declínio do poder norte-americano como defendem alguns autores (como ARRIGHI, 2008, e, em menor dimensão, HARVEY, 2004) ou se o “casamento China-EUA” fortalece a hegemonia norte-americana (FIORI, 2008, 2014). Iremos apenas indicar riscos e oportunidades implicados nessa relação, abordando o expansionismo chinês na América Latina, com foco no Brasil, com vistas a elaborar um balanço a respeito. A ascensão chinesa e o estreitamento de relações com o Brasil têm sido encarados ao mesmo tempo como oportunidades e riscos, concentrados nos governos Lula interessa-nos apontar que o estreitamento das relações com a China e o *boom* das commodities favoreceram o crescimento econômico nesses governos, mas também a especialização produtiva, segundo estudiosos, provocando mudanças na estrutura produtiva no sentido da desindustrialização e reprimarização da economia.

Quer dizer, a demanda asiática por commodities representou uma oportunidade aproveitada por governantes na região para adoção de políticas um tanto na contramão do receituário neoliberal ortodoxo, contudo também se traduziu em especialização da pauta exportadora e, ao menos no caso brasileiro, provavelmente em danos para políticas industriais. Certamente o pior legado desses tempos de bonança internacional, aproveitados pelos governos Lula para promover crescimento econômico, ativação do mercado interno e políticas de inclusão social - por meio de aumentos salariais e crédito ao consumo, expandindo gastos sociais e programas de transferência de renda aos mais pobres.

Por sua vez, o controle da inflação estaria diretamente relacionado à apreciação cambial, favorecendo a importação de produtos da Ásia e, assim, barateando o custo de vida dos trabalhadores e o consumo capitalista. Conforme Medeiros (2015:66), tanto quanto para a cesta básica como para a de bens industriais de consumo, a valorização do câmbio foi central para a contenção no custo de vida e, por conseguinte, aumento do salário real.

Entretanto, dólar baixo e juro alto afetariam a produção industrial, sendo que propostas interessantes foram formuladas no início do governo Lula, com destaque à

Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada no início de 2004, com foco em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores (fármacos, medicamentos, semicondutores, softwares, biotecnologia e nanotecnologia, bens de capital). Algumas medidas do PITCE seriam implementadas nos anos seguintes e o foco nos setores tecnologicamente dinâmicos reafirmado em 2008, com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Porém, como escreveram Cano e Silva (2010), não bastam “políticas industriais explícitas”, são necessárias “políticas macroeconômicas compatíveis” a fim de se aproveitar conjunturas externas favoráveis. Neste sentido, a manutenção do tripé metas de inflação, câmbio valorizado, superávit primário e a política de juros altos inerente, num contexto internacional de elevação dos preços das commodities, pode ter efetivamente atropelado esforços de política industrial.

Mas neste texto apresentamos apenas os resultados de uma primeira iniciativa de pesquisa sobre um tema que pretendemos tomar como objeto de estudo acadêmico na área de Geopolítica: as relações Brasil-China. Para tanto abordamos brevemente a emergência da China e nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, supostamente, poderia vir delineando uma posição de país meramente exportador de commodities. Todavia, apresentaremos a seguir muito mais questões que gostaríamos de seguir estudando sobre nosso objeto de estudo que resultados de uma pesquisa concluída, como dissemos trata-se apenas de uma primeira iniciativa, um mapeamento do objeto de estudo.

O interesse pelo tema China-Brasil se justifica tendo em vista que a emergência da China é o tema principal em estudos de geopolítica mundial neste início de século e refletir sobre as implicações da ascensão chinesa para a inserção do Brasil na nova ordem mundial constitui objeto de estudo fundamental no campo da Geopolítica, e igualmente importante à abordagem da problemática do desenvolvimento nacional, sendo que o projeto se articula estreitamente ao da orientadora, sobre política econômica e política externa nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Antecedentes E A Ascensão Chinesa Nete Início De Século

Nesta seção discorreremos brevemente sobre a ascensão chinesa, enfocando as relações com os EUA, abordando primeiro aspectos fundamentais da história recente do país asiático a fim de compreender a conjuntura atual de avanço mundial da China, que ao longo do século XX passou pelos mais bélicos e sangrentos anos de toda sua história. (CUNHA, 2008, p. 71).

A desoladora guerra sino-japonesa entre 1937-1945, motivada pelas pretensões japonesas de anexação do território chinês, juntamente com sua guerra civil sob o comando do governo nacionalista Kuomintang na figura de Chiang Kai-chek contra o partido comunista, liderado por Mao-Tse-tung, constituem momentos decisivos para o rumo do país. Após a junção de forças dos Kuomintang e dos comunistas para combater as forças do Japão em território chinês, a China mergulhou em uma grande guerra civil, da qual as forças lideradas por Mao-Tse-Tung saíram vitoriosas para implantar o socialismo em

território chinês. Para Hobsbawn (1995, apud CUNHA, 2008, p. 71) a invasão japonesa teve papel fundamental na vitória da guerra civil pelos comunistas, antes em desvantagem.

No comando da República Popular da China (1949-1976), Mao-Tse-tung foi de suma importância para as transformações subsequentes. Ao se deparar com um país em colapso após seu maior período de guerra, assumiu a responsabilidade de gerir o desenvolvimento nacional sob a ideologia socialista (estatização da economia, igualdade social) e anticapitalista. Segundo Cunha (2008) com o êxito do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), aliado à União Soviética (URSS), a China oficializou a socialização da sua economia, implementando a reforma agrária e um plano de industrialização, chegando ao final do plano com uma crescente indústria pesada, no âmbito urbano a modernização e a infraestrutura alcançaram desenvolvimentos de impacto.

Entretanto, Kissinger (2011) considera que os consecutivos planos de Mao-Tse-tung - O Grande Salto Adiante (1958-1960) e A Revolução Cultural (1966-1976) - foram erros decisivos para que surgisse no gigante asiático uma nova forma de lidar com o mercado mundial, deixando de lado sua afeição radical pela diplomacia da URSS para, de forma modesta, se abrir às relações econômicas internacionais. A inserção da China como país-membro das Nações Unidas em 1970, substituindo Taiwan¹ seria, neste sentido, um sinal evidente dos propósitos de abertura às relações multilaterais.

Mas foi de fato com os governos de Deng Xiaoping (1978-1991) que o país obteve a concretude dessa mudança. Xiaoping mudou o eixo central de governo para um eixo de mercado não centralizado, onde determinou os setores a serem modernizados: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional, criando as conhecidas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A intenção chinesa era provocar uma internacionalização de si própria, gerar emprego, incorporar novas tecnologias e transformar o país em um polo de desenvolvimento de padrões mundiais através de uma melhor adaptação da conhecida “economia de mercado socialista”. (CUNHA, 2008, p. 94).

Para Arrighi (2008) o desenvolvimento da China, foi sábio e gradativo:

Reconheceu que, para manter a estabilidade social, ela precisava evitar o desemprego em massa. A criação de empregos teria de andar de mãos dadas com a reestruturação. Quando a China se liberalizou, foi gradualmente, de modo a assegurar que os recursos humanos deslocados fossem reaproveitados em uso mais eficiente e não deixados num desemprego infrutífero. (ARRIGHI, 2008, p. 30).

Algumas das ideias e pensamentos do então presidente Deng Xiaoping teriam sido ditas em conversa relatada por Kissinger (2011: 232), em uma de suas passagens pela China, em 1979: “O povo, dizia, precisava receber uma cota do que produzia. Os bens de consumo tinham de ter prioridade sobre a indústria pesada, a engenhosidade dos agricultores chineses precisava ser liberada, o Partido Comunista devia se mostrar menos intrusivo e o governo tinha de ser descentralizado”.

¹ Por tempos, sede da República da China, opositora do então governo da República Popular da China.

Discutiremos na próxima seção a conjuntura contemporânea da maior potência emergente da Ásia, como a mesma surgiu no cenário mundial e suas estratégias de, cada vez mais, se firmar e até mesmo se expandir no cenário político e econômico atual.

China No Tabuleiro Mundial

Na primeira década deste novo século o principal responsável pelo surgimento chinês foi justamente a potência que até então demonstrou interesse em retardar o avanço do dragão asiático, os Estados Unidos da América (EUA), como mostra Arrighi (2008). Na segunda era dos governos Bush (2001 – 2009) com a intitulada Guerra ao Terror, o presidente estadunidense se viu obrigado a deixar sob segundo plano retardar a economia chinesa para sustentar a guerra emergente. Arrighi (2008:214) advoga como os EUA agora precisavam da China, contrariando John Mearsheimer²: “Contudo, quanto mais os Estados Unidos se enredavam na Guerra ao Terror e dependiam de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, mais a China conseguia impor um tipo de ‘imperialismo estrutural’ diferente daquele vislumbrado por Mearsheimer”. Neste mesmo cenário o EUA deixou de ser o principal parceiro comercial de Japão e Coreia do Sul para dar lugar à China, relativizando as parcerias com seus principais aliados estratégicos.

Um dos marcos da convergência econômica entre China e EUA no início deste século é demonstrado por Krugman:

[...] O sr. Bush precisa da ajuda da China para lidar com a Coreia do Norte. [...] Além disso, a compra de títulos do Tesouro norte-americano pelo banco central da China é uma das principais maneiras de os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial. [...] Apenas quatro meses depois da Operação Flight Suit [Macacão de Piloto], a superpotência transformou-se em pedinte das nações que costumava insultar. Missão cumprida! (KRUGMAN, 2003, apud ARRIGHI, 2008 p. 214).

À similaridade com os EUA, no campo de seu desenvolvimento científico-tecnológico e inovação através do poderio militar a China possui o segundo maior orçamento mundial, com cerca de 30% de seus gastos voltados para este campo, como aponta Fiori (2014). Ainda sobre a relação entre esses dois países é compreensível a preocupação dos estadunidenses com relação ao crescimento do gigante asiático, pois a China os substituiu como grande economia que mais cresce no mundo.

No ano de 2005 os EUA se questionaram a despeito da liberdade comercial concedida aos chineses com a exportação e seus investimentos, preocuparam-se seriamente quando a China National Offshore Oil Company – CNOOC - entrou na briga pela compra da Union Oil Company of California – UNOCAL -, que acabou sendo comprada pela também estadunidense Chevron, porém, as autoridades do EUA viram a proposta da CNOOC como um risco à segurança nacional do país. Como defende Arrighi (2007: 287): “A China, ao contrário do Japão, parece mesmo estar surgindo com rival estratégico dos

² Professor ligado à Universidade de Chicago de ciência política e teórico das relações estadunidense.

Estados Unidos e concorrente no acesso a recursos escassos. Isso fez do lance chinês pela compra da Unocal, empresa de energia de alcance global, mais do que mera proposta de negócios”.

A concretude da atual relação entre os dois países se intensificam à medida que a China é credora da dívida pública estadunidense e, ao mesmo tempo, dependentes do Investimento Direto Estrangeiro – IDE - dos EUA em terras chinesas. O conhecido milagre econômico chinês em 2008 serviu para expandir as influências asiáticas sobre os EUA e, obteve como consequência, uma revalorização da moeda norte-americana e uma globalização do dólar, com o capital financeiro. Enquanto o PIB dos Estados Unidos passou de 0%, em 2008, para -2,6% em 2009, o da China teve incríveis 9,6% e 9,1% respectivamente, contrariando a lógica mundial que caíra drasticamente. A crise de 2008 acelerou o processo de integração do eixo sino-americano e os tornou competitivos, pela acumulação do poder global (PINTO, 2010 p. 26).

Os investimentos da agora potente China não se limitariam ao estreitamento das relações com os EUA ou às relações comerciais regionais, sua ambição era maior. Para Arrighi (2008) a entrada da China na Organização Mundial do Comércio – OMC - no ano de 2001 provou que o país deixou de ser um negociador de influência regional para se tornar um de âmbito mundial. No ano de 2003 aliou-se a Brasil, África do Sul e Índia para liderar a frente do G20 na OMC contra a imposição de países do Norte, que sempre buscaram impor a abertura do mercado sulista com dois pesos e duas medidas diferentes.

China E América Latina

As relações geopolíticas entre China e a América Latina neste início de século foram progressivamente proporcionando desenvolvimento para ambos os lados, ainda que de forma assimétrica. Em 2006 a China representava 10% das exportações mundiais de manufaturados, dos quais 4% eram voltados para a América Latina e, se inicialmente, os manufaturados chineses estavam associados a noção de baixa qualidade, o perfil das exportações chinesas foi mudando de produtos de baixo valor agregado para os bens de capital e consumo mais elaborados, sendo considerado pela OMC, em 2008, de alta e média tecnologia. No entanto, nos anos 2000, enquanto a China foi aprimorando sua produção e exportação manufatureira, na América Latina houve uma racionalização produtiva, devido a rápida abertura ao processo de liberalização dos anos 1990, que, como consequência, levaria a região a voltar-se para a exportação de produtos intensivos em recursos naturais e para as empresas maquiladoras, que se destacam pela exportação de manufaturados de baixo valor agregado (BARBOSA, 2011, p. 270-271).

A divergência entre China e América Latina é exposta por Barbosa (2011):

A diferença essencial entre as duas regiões econômicas parece residir no nexos entre exportações e investimentos que permitiu ampliar a capacidade produtiva na China, contribuindo inclusive para o fortalecimento do mercado interno, enquanto na América Latina a volatilidade cambial – em virtude da rápida

abertura comercial e financeira – impossibilitou a viabilização deste nexos, trazendo uma brusca oscilação nas taxas de crescimento e investimentos. Segundo as categorias traçadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003), a China pode ser classificada como um país de industrialização rápida, que presencia uma transformação estrutural de sua base produtiva em direção aos setores de maior produtividade relativa. Já a América Latina compõe a periferia capitalista em processo de desindustrialização precoce, ainda que o caso brasileiro não se encaixe perfeitamente nessa tipologia. (BARBOSA, 2011, p.272)

As discrepâncias entre a China e América Latina são classificadas por Fiori (2014) segundo o tipo de economia a que ambas pertencem, a China está inserida no grupo que não aceita a ordem hierárquica e adota estratégias para manter o crescimento acelerado, tendo como objetivo maximizar sua participação no poder mundial. Já a América Latina, e o Brasil não escapa à contextualização, possui fortes indústrias e ciclos de crescimento, porém, não possui condições de desafiar a ordem estabelecida e tem se conformado a posição de fornecedor de bens específicos e commodities. Partindo deste pressuposto, o pós-crise de 2008 foi uma concretude da condição periférica da América Latina, que se transformou na maioria de seus países, numa região primário-exportadora, orientada pelo mercado externo de commodities.

Com a crescente demanda interna por recursos naturais, os recursos energéticos chineses em 2006 contavam majoritariamente com o carvão mineral como sua maior fonte energética, 69%, seguido pelo petróleo com 21%, gás natural 3% e 1% de energia nuclear. Assim, os interesses do país asiático na região latino-americana estão diretamente ligados à compra de algumas commodities no campo energético e agrícola, consideradas fundamentais para o desenvolvimento da China, simultaneamente interessa a conquista de mercados para os produtos industrializados chineses. E muitos dos investimentos diretos chineses em infraestrutura e agricultura foram realizados com tecnologia chinesa para viabilizar as exportações dos países latino-americanos para a Ásia.

Quer dizer, a relação entre China e América Latina está concentrada em um número pequeno de países, com um número limitado de commodities. Em 2008, segundo Ferchen (2011) dez commodities em apenas seis países representavam 74% das exportações locais para a China e 91% das exportações mundiais de commodities para o mesmo destino.

Tabela 1 - Exportações da América Latina para a China por setor – 2008

	Exportações da América Latina para a China (US\$ bilhões)	Participação de cada setor no total das exportações da América Latina para a China (%)	América Latina no total das importações chinesas por Setor (%)
Produtos agrícolas	21,71	32,2	25,0
Combustíveis e minério	39,88	59,1	13,0
Produtos manufaturados	5,89	8,7	0,80

Fonte: Texto do IPEA (2011, p. 277)

De maneira geral, os textos reunidos na produção do IPEA (2011), *A China na Nova Configuração Global – Impactos políticos e econômicos*, do qual retiramos a tabela acima, destacam que as relações sino-latino-americanas se caracterizam pela exportação de recursos energéticos e agrícolas e demais produtos primários para a China, ao mesmo tempo em que o país asiático exporta seus bens industrializados, de alta, média e baixa tecnologia para a região.

Conclusão

Neste texto apresentamos os resultados de uma primeira iniciativa de pesquisa sobre um tema que pretendemos tomar como objeto de estudo acadêmico na área de Geopolítica: as relações Brasil-China. Para tanto abordamos aspectos que parecem centrais a continuidade da pesquisa sobre a emergência da China e nova divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil, supostamente, poderia vir delineando uma posição de país meramente exportador de commodities. Efetivamente, apresentamos a muito mais questões que gostaríamos de seguir estudando sobre nosso objeto de estudo que resultados de uma pesquisa concluída, como já dissemos trata-se apenas de uma primeira iniciativa, um mapeamento do objeto de estudo. O interesse pelo tema China-Brasil se justifica tendo em vista que a emergência da China é o tema principal em estudos de geopolítica mundial neste início de século e refletir sobre as implicações da ascensão chinesa para a inserção do Brasil na nova ordem mundial constitui objeto de estudo fundamental no campo da Geopolítica, área a qual pretendemos nos dedicar, e igualmente importante à abordagem da problemática do desenvolvimento nacional, sendo que o projeto se articula estreitamente ao da orientadora, sobre política econômica e política externa nos governos do Partido dos Trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ACIOLY, L. (2011). China e Brasil: Oportunidades e desafios. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 307-349). Brasília: IPEA.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. ‘A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda’, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BARBOSA, A. d. (2009). O ciclo da economia global e as relações comerciais entre Brasil e China. In: H. A. Oliveira, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 193-220). Curitiba: Juruá Editora.

BARBOSA, A. d. (2011). China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 269-302). Brasília: IPEA.

BARCENA, A. Prólogo. In: ROSALES, O. et al (2012). *La República Popular China y América Latina y el Caribe. Diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Publicado no site da CEPAL. Disponível em http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3070/S1200524_es.pdf?sequence=1, acesso em 11 de novembro de 2015.

BECARD, D. S. (2009). Cooperação e comércio entre Brasil e China durante o governo Lula. In: H. A. OLIVEIRA, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 163-192). Curitiba: Juruá Editora

BECARD, D. S. (Julho de 2010). Presença da China na América Latina: contribuição para o desenvolvimento da região. *Ciência & Letras*, 77-96.

BEKERMAN, M. (Abril de 2013). Transformações recentes na economia chinesa: impactos sobre suas relações comerciais com a América Latina. *Revista Tempo do Mundo*, pp. 5-43.

CABRAL, S. (2009). As relações comerciais entre Brasil e China de 1979 a 2008: lições de estratégia política e econômica. In: H. A. Oliveira, *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios* (pp. 245-254). Curitiba: Juruá Editora.

CANO, W.; Silva, A. L. G. Política industrial do governo Lula. Campinas: IE/Unicamp, Texto para Discussão, n.181, julho 2010. Disponível em http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf

CINTRA, M. R. *China na América Latina: suas estratégias, interesses e as implicações dessa aproximação sino-latino-americana no relacionamento triangular China-América Latina-EUA*. 2011. 16 f. Programa de mestrado em economia política internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

CINTRA, M. R. (Janeiro de 2015). Revista de economia política, vol. 35, nº1. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*, pp. 28-42.

CUNHA, I. J. (2008). *China: o passado e o futuro de um gigante*. Florianópolis: Visual Books.

FERCHEN, M. (Novembro de 2011). Revista de sociologia e política. *As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?*, pp. 105-130.

FIORI, J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 5-30, 2012.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBRE, I. B. (Janeiro de 2015). *Revista de conjuntura econômica*. Acesso em 22 de Junho de 2016, disponível em As perdas nas exportações brasileiras para a China: <http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C54ADE6252014ADFB36CC61A96>

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.

PEREIRA, L. V.. O efeito china nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do *constant market share*. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, agosto de 2014. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3161/1/TD_2002.pdf, acesso em 08/11/2015.

PINTO, E. C. (2011). O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades, comerciais, produtivas e financeiras. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, *A china na nova configuração global: impactos políticos e econômicos* (pp. 19-78). Brasília: IPEA.

SOUZA, A. M. BNDES, campeões nacionais, expansionismo e integração regional. *III Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. Bariloche, Argentina, 2012. Disponível em <http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Matos%20Souza.pdf/view?searchterm=None>, acesso em 05/11/2015.

SOUZA, A. M. (2011). Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. *Anais do I circuito de debates acadêmicos*.

SOUZA, A. M O novo imperialismo: território e finanças. In *Anais do 6º CIETA*. Disponível em: <http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Angelita%20Matos%20Souza.pdf> acesso em 10/11/2015.

SOUZA, A. M. Crítica à noção de subimperialismo. *Revista Crítica Marxista*, n 36, São Paulo, Ed. UNESP, 2013.